COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 5.262, DE 2016

*“Altera dispositivos da Lei nº 12.651,
de 25 de maio de 2012.”*

Autor: Deputado SARNEY FILHO

Relator: Deputado VALDIR COLATTO

I - RELATÓRIO

Chega-nos para ser apreciado o Projeto de Lei nº 5.262, de 2016, de autoria do Deputado Sarney Filho, com o objetivo de alterar a Lei nº 12.651, de 2012, para dispor sobre a compensação de Reserva Legal.

Na Justificação, o autor argumenta que se fazem necessários ajustes quanto às formas de compensação de Reserva Legal, privilegiando a mesma unidade fitoecológica, ou seja, o mesmo ecossistema, e a mesma microbacia ou bacia hidrográfica, objetivando assegurar a necessária equivalência ecológica de composição, de estrutura e de função.

Continua o autor: *“a previsão atual de que a compensação ocorra indistintamente, no âmbito do bioma, é equivocada (nosso grifo) e precisa ser ajustada haja vista a sua heterogeneidade física, biológica e ecológica, levando, fatalmente, à possibilidade de se compensar áreas sem a necessária equivalência em termos de composição, estrutura e função”.*

Segundo o autor, *“a legislação atual justifica a compensação no mesmo BIOMA, alegando que na mesma microbacia, ou na mesma bacia hidrográfica, podem não existir remanescentes naturais. Essa*

alegação não deve e não pode prosperar, pois existe a possibilidade real de se promover a devida restauração dessas áreas principalmente naquelas de baixa aptidão agrícola, abandonadas ou ocupadas com atividades marginalizadas, tais com (sic) pastagens degradadas, reativando, pela sua restauração, os importantes serviços ecossistêmicos locais”.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

Este é o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.262, de 2016, por despacho da Mesa Diretora, será apreciado, em primeiro lugar, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e, em seguida, pelas Comissões do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Cumpre à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, examinar a matéria quanto aos aspectos agrário e agrícola, em especial no que tange às condições sociais no meio rural, regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação, nos termos estabelecidos no art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Um dos mais importantes avanços da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, foi exatamente a solução jurídica que se conseguiu formular para a solução do impasse em que se transformou a exigência da composição da Reserva Legal nas propriedades rurais. Embora a consideremos esdrúxula, a exigência da Reserva Legal, norma sem paradigma em leis ambientais de outros países, foi mantida durante os debates e votação do novo Código Florestal.

No entanto, o Congresso Nacional, por suas duas Casas Legislativas, conseguiu aprovar uma norma jurídica que pudesses conciliar os rigores conceituais e ambientalistas com a situação fática existente no meio rural brasileiro.

Assim é que se previu a compensação da Reserva Legal em áreas distintas, localizadas em outras propriedades rurais, de tal forma que a propriedade que, ao longo dos anos, e por razões as mais diversas, que aqui não nos cabe enumerar, não dispusesse de área suficiente, poderia nomear e reservar a cobertura florestal localizada em outra propriedade e no mesmo BIOMA.

A proposição, que se encontra sob nossa análise, pretende restringir o mecanismo de compensação da Reserva Legal, criando novos parâmetros a serem considerados.

Como se deduz da Justificação do autor, pretende-se desqualificar a legislação vigente, considerando-a “equivocada”. Entendemos, no entanto, que a lei que se encontra em vigor e que se pretende modificar, resultou, como já informamos, de amplo debate, quando a matéria se encontrava em tramitação nas duas Casas Legislativas.

Pedimos vênua ao autor da proposição para discordar. Entendemos que a lei vigente não está equivocada, como se diz na Justificação. Muito pelo contrário, a norma atual coaduna-se com a realidade fática do meio rural e não merece nenhum reparo.

Equivocada é, a bem da verdade, a proposição que ora se encontra sob nossa análise. A proposição impõe ao proprietário da terra mais ônus, exigindo-lhe, desta feita, um hercúleo esforço na consecução de seus objetivos. Isto porque, ao inovar, criando novos parâmetros e novas condições para a compensação da Reserva Legal, o Projeto de Lei nº 5.262, de 2016, torna obrigatórios requisitos e condições que, na prática, inviabilizam a compensação da Reserva Legal.

Queremos realçar, também, que o escopo de qualquer norma jurídica é a promoção da justiça social. Sábios são os ensinamentos de Paulo Dourado de Gusmão (in: “*Introdução ao Estudo do Direito*”), que, ao dissertar sobre “*validade do direito*”, nos conduz à seguinte reflexão, *litteris*:

“Pensamos que, do ponto de vista filosófico, o direito é válido se corresponder à justiça, às aspirações morais do povo e às reais necessidades sociais, bem como se atender às suas finalidades.”

Por fim, queremos realçar o fato de que a Lei nº 12.651, de 2012, que é o Código Florestal vigente, sofreu uma série de modificações, no mesmo ano de sua promulgação, com o advento da Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, não havendo, no nosso entendimento, razões que justifiquem mais esta intervenção.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.262, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado VALDIR COLATTO
Relator